



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA HABITAÇÃO
CONSELHO ESTADUAL DE HABITAÇÃO

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE HABITAÇÃO

Aos dezoito do mês de fevereiro de dois mil e quatorze, no Auditório da Secretaria da Habitação – 15º andar – Edifício Cidade I – Rua Boa Vista 170 – Centro – Cidade de São Paulo, reuniram-se os membros titulares e suplentes do Conselho Estadual de Habitação do Estado de São Paulo – CEH-SP para a **posse do mandato triênio 2013-2016, dos Conselheiros:** Silvio Torres (Secretário da Habitação), Franciléia Macário Gazoli Zorzete (Casa Civil), Melissa Giacometti de Godoy (Secretaria Estadual de Planejamento e Desenvolvimento Regional), Moises Baum (Secretaria Estadual de Planej. e Desenvolvimento Regional), Amauri Pollachi (Secretaria Estadual de Saneamento e Recursos Hídricos), Dirceu Rioji Yamazaki (Secretaria Estadual de Saneamento e Recursos Hídricos), Luiz Roberto dos Santos (Secretaria Estadual dos Transportes Metropolitanos), Maria Claudia Pereira de Souza (CDHU), José Floriano de Azevedo Marques Neto (Secretaria Municipal de Habitação/SEHAB), Maurício Queiroz Prado (COHAB Santista), Sidnei Antonio Eusébio Pita (UMM SP), Joana Leite de Oliveira (Assoc. de Apoio Social e Valores da Cidadania), José Salgueiro Silva (Núcleo Betel/ Movimento Terra de Deus Terra de Todos), Antônio Pedro de Souza (Movimento pelo Direito à Moradia – MDM), José Valdeci Evangelista (FIMAPROM), William Eilert Evangelista (PROMOHAB), Marco Antônio de Araújo (Coop. Nac. de Empreend. Populares e Ecológicos – CONEPE), Flavio Domingos Prando (Secovi), Elias Zitune (AELO), Elcio Sigolo – (SindusCon-SP), Rubens Emil Cury (Casa Civil), Peter Berkly B. Walker (Secretaria Estadual dos Transportes Metropolitanos), Silvio Vasconcellos (CDHU), Isaias Martins da Silva (Movimento Pró-Moradia de Suzano), Luiz Antonio Zamperlini (APEOP), José da Silva Aguiar (ABECIP), Felipe Ferrez Pontual Machado (ABECIP). O Secretário da Habitação **Silvio Torres** dá início à reunião de posse dos novos Conselheiros para o mandato do triênio 2013-2016. Agradece a todos que participaram do processo, reforça o papel do Conselho Estadual de Habitação que foi instituído por lei, votada na Assembleia Legislativa e sancionada pelo Governo do Estado. Acrescenta que suas finalidades estão sendo cumpridas, em um processo de constante evolução, assim como, a incumbência de torná-lo cada vez mais atuante, cumprindo sua finalidade e papel de responsável pela formulação das políticas de moradias do Estado, que já é bastante diferenciado por ser fruto de discussão com diversos parceiros. Assina o livro como Secretário da Habitação e Presidente do Conselho e justifica a ausência de seu suplente, o Secretário Adjunto Marcos Penido. Empossa nominalmente cada membro do Conselho, parabenizando-o após a assinatura no livro e informando qual segmento representa, de modo que todos os presentes conheçam os companheiros nesse trabalho. Por fim, considera instalado o Conselho, agradece a todos que tomaram posse, deseja sorte e um bom trabalho. Apresenta os componentes da mesa: Reinaldo Iapequino - Subsecretário da Casa Paulista, José Milton Dallari Soares - Presidente da CDHU, Eduardo Trani - Secretário Executivo do Conselho, José Floriano de Azevedo Marques Neto - Secretaria Municipal de Habitação, Solange Aparecida Marques - Diretora de Assuntos Jurídicos e de Reg. Fundiária da CDHU, Guaracy Fontes Monteiro Filho - Diretor de Atendimento Habitacional, Américo Calandriello Junior – Diretor de Planejamento e Fomento. O Secretário seguindo a pauta, diz que gostaria que todos conhecessem o balanço que foi realizado nos últimos anos pela CDHU, Casa Paulista e Secretaria da Habitação. A apresentação conduzida por **Eduardo Trani** faz um rápido balanço do que a Secretaria da Habitação, Casa Paulista e a CDHU realizou de 2011 a 2013. Passa a palavra a Reinaldo Iapequino que cumprimenta a todos, parabeniza os novos conselheiros e os que renovaram a gestão. Inicia a apresentação da Casa Paulista, com dados sobre o orçamento

que está previsto esse ano para a Secretaria da Habitação, conforme determinado pela Lei Orçamentária separando dos orçamentos das estatais: Secretaria da Habitação e CDHU. O orçamento da CDHU é de um bilhão, quinhentos e doze milhões de reais (R\$1.512.000.000), sendo o total dos investimentos SH/CDHU da ordem de dois bilhões e sessenta milhões de reais (R\$2.060.000.000) para o ano de 2014. Na separação por fontes tem um bilhão, setecentos e trinta e seis milhões de reais (R\$1.736.000.000) para a Secretaria, dentro desse valor tem o repasse que é feito para CDHU, totalizando dois bilhões (R\$2.000.000.000) para investimento, um número que vem se mantendo nos últimos cinco anos na área. Faz breve histórico da Casa Paulista, criada em setembro de 2011 e, em janeiro de 2012 foi assinado um grande acordo com o Governo Federal no Programa Minha Casa Minha Vida-PMCMV para uma meta de cento e vinte mil unidades (120.000), sendo oitenta e três mil (83.000) do FAR/CAIXA, vinte mil (20.000) do FAR/Banco do Brasil, dez mil (10.000) com Entidades, no qual o Secretário acrescentou mais três mil e quinhentas unidades (3.500) e, quatro mil (4.000) unidades com PMCMV-Rural. As metas orçamentárias quando formuladas, o acordo era de aplicar até o ano de 2015, dois bilhões e duzentos e oitenta milhões (R\$2.280.000.000), que era nossa estimativa em Janeiro de 2012. Dos dois bilhões e sessenta milhões (R\$2.060.000.000), quatrocentos e sessenta milhões e quinhentos mil reais (R\$460.500.000) foram alocados na Casa Paulista para 2014. Os dados atualizados até ontem, apresentam: quarenta (40) unidades em Diadema; trezentos e setenta e oito (378) do Minha Casa Minha Vida Entidades; um mil quinhentas e seis unidades (1.506) no Programa de Parcerias com Servidores Públicos; chegando a mil novecentas e vinte e quatro (1.924) unidades a partir de dados atualizados até dezembro 2013. No Programa de Parcerias têm contratado no total, sessenta e quatro mil e seiscentas e noventa e sete (64.697), além disso, há dez mil e seiscentas e dezessete unidades (10.617) aptas à contratação, aguardando autorizações do Secretário e Governador. Há uma programação de entrega, considerando os projetos com a Caixa Econômica e Banco do Brasil, cuja previsão de entrega (com base no trimestre) é de vinte e três mil trezentas e vinte e quatro unidades (23.324). Os investimentos totais somam um bilhão e vinte e dois milhões (R\$1.022.000.000), e temos além desse compromisso de um bilhão, mais quatro bilhões e trezentos milhões do Governo Federal, sendo o total de investimentos de cinco bilhões de reais (R\$5.000.000.000). **Silvio Torres** cita o contrato recentemente assinado com a Prefeitura Municipal de São Paulo de trinta mil (30.000) unidades para os próximos três anos que significará além do aporte de cento e vinte mil (120.000), já informado, haverá também aporte por parte da Prefeitura, o que até mudaria o valor de investimentos. **Reinaldo** acrescenta que nesse acordo com a Prefeitura a prioridade são os investimentos e também as soluções de problemas históricos: Santo Amaro E, área da Petrobrás, mananciais, os corredores de ônibus da prefeitura e, sobretudo, os atendimentos que a CDHU faz hoje de Auxílio Moradia, a cerca de treze mil famílias (13.000). A Casa Paulista também tem parceria com o Banco do Povo para reformas em unidades comercializadas pela CDHU, tendo sido contratadas novecentas e cinquenta (950) operações de linha de crédito a ser extensiva aos mutuários da COHAB. Acrescentando a esses programas, as operações com lotes urbanizados no Estado de SP somam dois mil cento e cinquenta e sete contratos (2.157), sendo dezessete milhões (R\$17.000.000) o total de recursos aportados e cinco mil (5.000) domicílios/famílias no Programa de Desenvolvimento Urbano. A PPP, lançada em abril de 2012, previu doze mil unidades (12.000), sendo dez mil unidades (10.000) na área central. Após estudos, esse número passou para vinte mil unidades (20.000), doze mil quinhentos e oito unidades (12.508) para HIS e sete mil e setecentas unidades (7.700) para HMP que vai até dezesseis (16) salários. Caso ocorra a redução para dez (10) salários, conforme proposta do Plano Diretor, os valores sofrerão ajustes. **Eduardo Trani** comunica que as informações estarão disponíveis na página do CEH no *website* da Secretaria da Habitação e inicia a exposição referente ao Balanço da CDHU. Apresenta a organização institucional da Secretaria da Habitação, onde o Conselho é o órgão supremo do Sistema, com a função de assessoria ao Secretário na formulação

da política habitacional. Em seguida, a Casa Paulista aparece como formuladora das diretrizes da política da operação dos Fundos e de Fomento. A CDHU é o agente técnico do Sistema Estadual de Habitação e em conjunto, realizam a oferta habitacional. Coloca que, em 2014, a CDHU fará 50 anos de existência e possui, aproximadamente, quinhentas mil (500.000) unidades entregues, oitenta e duas mil (82.000) urbanizações e uma carteira com trezentos e cinquenta e cinco mil (355.000) mutuários, atuando em todo Estado de São Paulo. Quase dois milhões (2.000.000) de paulistas residem, hoje, em unidades da CDHU. Até 2013 foram entregues cerca de seiscentas mil unidades (600.000) em todas as regiões do Estado, com cinquenta e um por cento (51%) da produção nas regiões metropolitanas. Essa exposição do Balanço da Cia foi ordenada na forma de um placar, para ficar mais clara a compreensão dos números. As unidades habitacionais entregues no período 2011-2013 foram quase trinta e cinco mil (35.000) unidades. Somando às urbanizações de favelas e cartas de crédito, a CDHU atendeu trinta e oito mil e setecentas (38.700) famílias nesse período. A CDHU possui, em canteiro, cerca de trinta e duas mil (32.000) unidades e cinco mil (5.000) obras de urbanização, somando trinta e sete mil (37.000) unidades. As unidades em fase de contratação somam oito mil (8.000), as que já estão em projeto, aproximadamente, mais dez mil (10.000) unidades, somando, portanto, dezoito mil (18.000). Em canteiro potencial - as obras que estão em previsão - a CDHU possui aproximadamente cinquenta e cinco mil (55.000) unidades. O total de concessão de Auxílios Moradia, neste período, foi em torno de trinta e uma mil (31.000) famílias, mais o Auxílio Emergencial que beneficiaram quarenta mil (40.000) famílias, com uma média de treze mil (13.000) por ano. A Secretaria da Habitação, Casa Paulista e CDHU, dessa forma, agilizaram no período de 2011 - 2013, em torno de cento e setenta mil (170.000) atendimentos de diversas formas. Para 2014 a projeção é entregar em torno de dezessete mil (17.000) unidades e dezesseis mil (16.000) Auxílios Moradia. No que diz respeito aos investimentos, demonstra a evolução realizada desde 2007. A CDHU aumentou a arrecadação efetiva da carteira, o que proporciona mais recursos para o Sistema e coincide com a redução das taxas de inadimplência. No início desta gestão (2011 - 2013) foi determinado pelo Secretário e pelo Governador que a Política Habitacional seria desenvolvida em seis grandes eixos: 1. Ação Estratégica em Áreas de Risco; 2. Habitação, Proteção Ambiental e Recuperação Urbana de Favelas e Cortiços; 3. Programa de Desenvolvimento Sustentável no Litoral Paulista; 4. FPHIS - Fundo Paulista de HIS: Casa Paulista; 5. Cidade Legal e Planejada: Apoio à Regularização Fundiária e aos PLHIS; e 6. Ações de Provisão Habitacional. O Programa de Desenvolvimento Sustentável no Litoral Paulista será apresentado em seguida, pelo seu coordenador, Fernando Chucre. Referindo-se ao eixo 5, a CDHU, em parceria com a Emplasa, está trabalhando com os municípios do interior, no desenvolvimento do Sistema Metropolitano de Habitação, o qual partiu de uma demanda dos municípios, além disso, apoia a elaboração dos PLHIS. Quanto à regularização fundiária, levada adiante pela CDHU, nos últimos três anos foram regularizadas quarenta e cinco mil (45.000) unidades. No eixo 6, a atuação ocorre pelas Parcerias com Municípios, a partir do qual estamos entregando unidades habitacionais por meio de convênios, assinado em cerca de cento e oitenta e oito (188) municípios e parcerias com associações e cooperativas. O Programa Vila Dignidade possui dez projetos em andamento. Os projetos prioritários são: Programa de Urbanizações de Favelas e Reassentamento; os Projetos de Recuperação Ambiental, o qual consta o Parque Várzeas do Tietê em parceria com o DAEE, Projeto Pantanal, Programa dos Mananciais Guarapiranga e Billings e o Programa Serra do Mar. Por fim, a CDHU realiza o reassentamento dos projetos ligados ao transporte, dando apoio aos programas relativos ao reassentamento das linhas de Metrô, na implantação do Rodoanel Sul e Norte e Jacu-pêssego, assim como, na Tamoios Contorno Sul. Ressalta que as soluções são providas pela CDHU ou pela Casa Paulista e essa junção de soluções vem sendo feita para que tenhamos um resultado mais rápido e mais eficaz. Finalizando, coloca a importância do trabalho social que a CDHU realiza, entre eles, a pós-ocupação com gestão condominial. Expõe a relevância do Desenho Universal, o qual demonstra a qualidade dos projetos

habitacionais da Companhia, a eficiência energética com a utilização das placas solares, e o Programa do PEM, tendo sido assinados cento e dezessete (117) convênios em mais de 109 municípios provendo infraestrutura a conjuntos habitacionais no interior. Por fim, ressalta que há 5 anos a CDHU faz o relatório de sustentabilidade, o GRI e que em 2012 obteve a nota B+ que é a segunda maior nota, demonstrando que todas as ações da Companhia estão em conformidade com as regras internacionais de trabalho, decência, etc. Foram feitas parcerias internacionais recentes com o Governo de Angola e da Etiópia, onde cooperamos com esses países africanos em termos de tecnologia de habitação. Apresenta a proposta de calendário das reuniões ordinárias do Conselho e passa a palavra para Fernando Chucre fazer uma apresentação. **Fernando Chucre** cumprimenta o Secretário, membros da mesa, Conselheiros, pessoas presentes e apresenta uma ação específica da Secretaria da Habitação e da Secretaria do Meio Ambiente no território do litoral, o Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar, que tem dois eixos: na área habitacional que é a remoção de famílias em áreas de risco e produção de novas unidades habitacionais e, a questão de urbanização e regularização fundiária de núcleos que foram mapeados previamente, no caso da Serra do Mar, núcleos que estão dentro de áreas de preservação no Litoral Paulista, principalmente o Parque Estadual da Serra do Mar. O diferencial deste programa é a ação conjunta com a Secretaria do Meio Ambiente na parte de recuperação ambiental dessas áreas desocupadas e áreas de risco, assim como, na estruturação das unidades de conservação. E, principalmente na fiscalização há uma preocupação do Governo do Estado de São Paulo em evitar que as áreas desocupadas, onde ocorrem as remoções das famílias em áreas de risco e áreas de preservação, sejam ocupadas, com uma parceria com os municípios e a Polícia Militar Ambiental. Já foi realizada a remoção de quatro mil e quinhentas (4.500) famílias em áreas de risco dentro dessas unidades de conservação, especificamente do Parque Estadual da Serra do Mar. No Bairro Cota 95 e 100 foi realizada a remoção total, no Pinhal do Miranda e Cota 200 contam com urbanização, Água Fria deixará de existir e vai ser implantado um Jardim Botânico, Sítio dos Queirozes será removido integralmente e, Cota 450 e 500 também deixarão de existir. As famílias foram removidas para três grandes conjuntos em Cubatão, o Rubens Lara que tem mil oitocentos e quarenta (1.840) unidades e mais dois grandes conjuntos além de diversas unidades compradas em outros municípios no Litoral. As obras de urbanização da Serra do Mar tem cinquenta e dois por cento (52%) executadas, e diferenciam das executadas na Região Metropolitana de São Paulo pelas questões do risco, principalmente em áreas de encosta que ficam nos morros do Parque Estadual da Serra do Mar, e ambiental. **Fernando Chucre** mostra uma foto do Bairro Cota 400, onde havia 400 famílias que foram removidas com a realização do replantio da vegetação nativa. As operações realizadas pela Polícia Militar Ambiental dentro do Programa são duas mil e duzentas (2.200) nas áreas do Parque e na Zona de Amortecimento mais cento e doze (112) operações que foram realizadas nas áreas marinhas. Esse projeto também tem recursos consideráveis na questão de fiscalização das áreas marinhas protegidas e das ilhas do litoral do Estado de São Paulo. O Programa de Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista possui um financiamento do Banco do Brasil de mais de um bilhão (R\$ 1.000.000.000) que o Governo do Estado destinou para ações, que estão sendo desdobradas em ações em Ubatuba, São Sebastião, São Vicente e nos demais municípios no Litoral do Estado de São Paulo. Pelo sucesso alcançado nas metas e pela característica transversal desse trabalho, o qual envolve diversas áreas do Governo do Estado de São Paulo, o Governador assinou esse ano uma extensão do Programa Serra do Mar: um financiamento com o BID, e outro financiamento com Banco do Brasil, que será aplicado nos municípios do Litoral fora das unidades de conservação, que somam 16 municípios beneficiados com esses recursos. O que diferencia a primeira ação da Serra do Mar para a segunda é um componente bastante amplo de planejamento territorial, sendo abordadas outras questões que envolvem diretamente o uso do solo e o Zoneamento Ecológico Econômico que serão cruzados com os PLHIS e com a Gestão de Risco. Outra alteração do Programa refere-se a parte do

Litoral Sustentável em que a Defesa Civil participa diretamente do Programa, e a meta é focar na remoção de famílias de área de risco do litoral como um todo. As metas são de dezesseis mil (16.000) unidades habitacionais para remoção e reassentamento de famílias em áreas de risco e nove mil (9.000) famílias que serão beneficiadas por obras de urbanização. Por parte da Secretaria do Meio Ambiente serão feitos o congelamento de cento e doze (112) núcleos nos mesmos moldes em que foram feitos em Cubatão. Ressalta que em Cubatão, nos 3 anos de Programa, assinado em dezembro de 2010, a reocupação é próxima de zero. Também serão implementadas salas de monitoramento compartilhadas entre os municípios, Secretaria da Habitação, do Meio Ambiente, Defesa Civil, Polícia Ambiental e Ministério Público para evitar que, após a saída do Estado, essas áreas não sejam reocupadas. Além de toda a parte de recuperação e estruturação das unidades de conservação que se replicam no mesmo molde do Programa Serra do Mar, o princípio no Programa de Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista, é que todos os núcleos sejam monitorados em diversos níveis. No caso dos núcleos que tem um histórico muito grande de invasão, terão acompanhamento por câmera ao vivo 24 horas por dia ligadas aos centros de monitoramento, e os núcleos com menor risco de ocupação ou com menor pressão terão um sistema de monitoramento por imagem e voos que serão feitos sistematicamente com equipamentos já adquiridos: um helicóptero que ficará na gestão da Fundação Florestal junto com a Polícia Militar Ambiental, e o compartilhamento dessas imagens em salas que serão distribuídas em diversos entes Estaduais que tenham interesse nessa fiscalização e na não reocupação desses núcleos. Por último, um conceito que está sendo aplicado nos bairros de Cubatão e que esperamos replicar em todos os núcleos que serão urbanizados, é a implantação de um sistema chamado Perimetral que possibilitará à Polícia Militar Ambiental e aos órgãos de fiscalização dos municípios, evitar novas ocupações, ou seja, dentro da Perimetral a urbanização fica a cargo das questões de legislação municipal, fora da Perimetral qualquer coisa que aconteça será realizada uma ação de reintegração imediata. Encerra e agradece ao Secretário. **Silvio Torres** agradece a Fernando Chucre e pergunta se alguém gostaria de fazer alguma observação. O suplente, **Antônio Pedro de Souza (Tonhão)** do Movimento pelo Direito à Moradia—MDM pede esclarecimentos sobre as 40.000 famílias que se encontram em Auxílio Moradia e em Auxílio Moradia Emergencial: pergunta se estas famílias são da Capital, se é consequência de remoções e se estão enquadradas em algum programa habitacional. **Silvio Torres** esclarece que as famílias que estão em Auxílio Moradia são oriundas de áreas de risco, de favelas e áreas de despoluição e serão realocadas em empreendimentos em andamento. Já as que se encontram em Auxílio Moradia Emergencial são situações pontuais. Complementa afirmando que todas as famílias que estão em Auxílio Moradia são prioridade para serem instaladas em alguma moradia definitiva. O conselheiro **Sidnei Pitta** (UMM-SP) pergunta a Reinaldo Iapequino se as 18 entidades cadastradas para a PPP do Centro continuarão contempladas para as 2.000 moradias e ressalta de que forma vão ser remontadas as Câmaras Técnicas, pois foi de grande importância. **Silvio Torres** responde sobre o edital que selecionou as entidades que terão direito as 2.000 moradias e não haverá mudança a respeito. **Eduardo Trani** esclarece que a composição da Câmara deve obedecer a indicação dos segmentos a partir dos novos conselheiros e solicita que enviem correspondência com os nomes para a nova composição e temas a serem acrescidos às discussões da demanda já existente. Coloca alguns temas que foram levantados ano passado pelos conselheiros para serem debatidos na Câmara Técnica: acompanhamento do Plano Estadual de Habitação; critérios de atendimento; papel de assistência técnica e locação social. Além disso, a Câmara Técnica deverá se reunir esse ano a partir da demanda dos temas que devem ser encaminhados para constar na pauta. **Silvio Torres** retoma a palavra e apresenta proposta de calendário para as próximas reuniões. Informa que está se afastando da Secretaria nos próximos 15 dias, e que, de acordo com a Lei Eleitoral, quem vai se candidatar nas próximas eleições deve afastar-se 6 (seis) meses antes, conforme solicitação do Governador aos Secretários que intencionam se candidatar, portanto não irá participar da próxima

reunião. Agradece a todos que participaram durante esses anos, fazendo as políticas públicas tornarem-se concretas. Ressalta que os investimentos no Estado de São Paulo aumentaram significativamente nos últimos anos e permitiu novos investimentos. Cita o caso do Programa Minha Casa Minha Vida que não estava atendendo a demanda no Estado de São Paulo para as faixas de 1 a 3 salários mínimos porque não havia interesse dos empresários, e por isso, São Paulo estava perdendo as metas do Governo Federal não atingidas e que iam para outros Estados,. Após decisão do Governo da Casa Paulista fazer o aporte de até R\$20.000,00 por unidade destravou os investimentos para o Minha Casa Minha Vida faixa 1 em São Paulo e os números alcançados estão próximos de 70.000. Temos praticamente 10.000 unidades prontas chegando à meta de 100.000 até o fim do ano, o que significou cerca de 2 (dois) bilhões e alavancando outros 4 (quatro) milhões para o Estado de São Paulo, gerando emprego e renda, o que só foi possível porque o Governador fez as parcerias suprapartidárias como com: o Governo Federal e as prefeituras municipais independente de partidos - um exemplo é a parceria com a Prefeitura da Capital. Essa política de alinhamento institucional sem se deter a partidos é um avanço e uma iniciativa que se consolida e se amplia. Não foram apenas resultados na questão de quantidade de moradias produzidas ou contratadas, mas também na qualidade das moradias, na questão da gestão condominial que é o pré e pós-ocupação e, na preocupação ambiental. Agradece as entidades e associações e demais representantes como os empresários presentes. Encerra a reunião.